

Jornal da Adunicamp

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
FUNDADO EM 1964



Estamos em campanha



Começou: como em anos anteriores (fotos) o apoio da base ao movimento, na busca por melhores condições de trabalho nas universidades paulistas, será fundamental (pg. 3)

Carreira

Mudança nas regras da USP e possíveis alterações na Unesp e Unicamp podem quebrar a isonomia (pg. 5)

Imposto Sindical

Ministro do Trabalho edita Instrução Normativa e faz o imposto incidir também sobre os servidores públicos (pg. 4)

Na justiça

Próxima audiência da ação do ANDES contra o Proifes será no dia 6 de abril (pg. 7)

Editorial

Estamos em pleno período de elaboração de proposta, que deverá ser analisada e aprovada pelo Fórum das Seis, para a Data-base 2009. A Assembléia de Docentes da Unicamp aprovou proposta da diretoria que foi levada ao Fórum, onde ainda está em discussão.

Tema candente é o da reestruturação de carreira. Já aprovada na USP, em discussão na UNESP e que deverá ser, brevemente, iniciada na Unicamp, como já previa o programa de gestão do recém eleito reitor, Fernando Costa. As fórmulas da USP e da UNESP diferem bastante, o que traz várias preocupações com relação à isonomia, que não será possível strito sensu já que as duas têm números de níveis diferentes e começam com cargos com titulações distintas. O mesmo pode ser questionado sobre a paridade, já que aqueles que já se aposentaram devem perder na adequação aos novos níveis.

Outra questão importante que se colocou em nosso horizonte é a da Instrução Normativa editada pelo Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que estende a cobrança do Imposto Sindical para todos os funcionários públicos. A Diretoria da Adunicamp tem posição firmada contra a cobrança compulsória de todo e qualquer trabalhador.

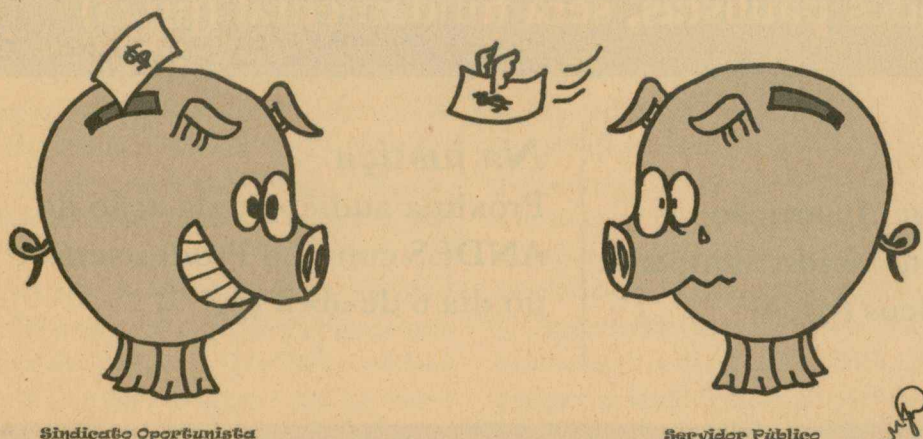
Essas questões não se restringem às universidades públicas paulistas.

O ANDES - Sindicato Nacional já há muito vem discutindo e se preparando para enfrentar problemas muito semelhantes. Em audiência realizada no dia 27 de março com o Secretário de Trabalho do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, a diretoria discutiu a alteração nas aposentadorias e a cobrança do Imposto Sindical. Neste ponto apresentou-se um ponto, no mínimo, interessante: Ministério do Planejamento tem posição contrária à cobrança compulsória deixando claro que esta não é uma questão de unanimidade dentro do próprio governo federal.

A Adunicamp está sempre aberta às discussões importantes da sociedade. Assim realizou nos dias 18 e 19 de março importante debate a respeito das Cotas e medidas afirmativas, como continuação de um estudo mais amplo acerca deste tema que começou com a edição do último número da Revista Movimento em Debate. E para dar continuidade à estas discussões lançou como tema da próxima edição a questão da produtividade e das avaliações e suas conseqüências para a universidade. Esperamos que as contribuições possam ampliar a maneira como vemos o tema e possam, quem sabe, levar a medidas de melhoria da universidade como um todo.

Boa leitura!

Enquanto isso na República dos Impostos...



Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRG Gráfica e Editora (11) 4223-2210



Desde maio de 2008 a inflação já comeu 77,3% do seu reajuste

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres. Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail: imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Erramos

Por problemas técnicos o texto do professor Eduardo Hebling (da FOP) publicado na seção "Opinião do Leitor" da edição de março deste jornal não foi publicado em sua íntegra. Para reparar o erro estamos republicando o texto, desta vez por inteiro nesta edição.

Data-base 2009

Assembléia da Adunicamp discute o indicativo da Pauta Unificada do Fórum das Seis

A campanha salarial começou. As entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes já começaram a discutir as propostas que serão apresentadas ao Cruesp a partir de maio de 2009, época da data-base.

Depois de várias reuniões e ajustes uma seleção destas propostas foi apresentada como indicativo pelo Fórum das Seis no dia 13 de março para ser apreciada por suas bases.

A assembléia da Adunicamp reunida no último dia 25 de março discutiu a proposta do Fórum e a aprovou os itens 2 à 12 integralmente e indicou a inclusão de um item referente à reestruturação das carreiras docentes e técnico-administrativas.

Sobre a questão salarial, a assem-

bléia aprovou proposta de reposição da inflação (com índice estimado hoje, pelos valores do DIEESE, em 5,78%) mais 10% a título de recuperação de parte do salário de maio de 1989 (a diferença entre os salários daquele ano e os atuais chega a 42%, segundo cálculos feitos pela Adusp).

Uma outra rodada de assembléias para aprovação do novo indicativo do Fórum que incorpora diversas sugestões feitas na primeira consulta às bases ocorrerá no dia 2 de abril às 12h.

A participação da comunidade nas assembléias é de fundamental importância para que a Adunicamp possa representar a categoria docente da melhor maneira possível.

Números da Campanha

Perda acumulada nos salários dos docentes desde 1989 pode chegar a 42% em 2009

Maio é a nossa data base. É época de recuperação de perdas salariais e, para muitas categorias, de ganhos salariais acima da inflação. Quanto perdemos? Há possibilidade de ganhos?

Primeiro as perdas. Pelo ICV-DIEESE, com dados publicados em maio/2008 a fevereiro/2009, repetindo o valor de fevereiro, como previsão para março e abril, chega-se a 5,78%. Esta é a perda estimada no período.

E os ganhos? Estamos longe disto. De fato não são realmente ganhos. Hoje, um MS-3 tem o vencimento base de R\$ 6.325,31. A Adusp calculou a atualização do valor do vencimento básico do MS-3 de 1989 até hoje. O valor obtido é R\$ 8.990,00, isto é 42% acima do atual. É uma perda que tem de ser recuperada. Temos clareza de que o comprometimento com a folha

salarial não deve atingir valores que possa ser usados contra nós, como se fossemos responsáveis por um estrangulamento das universidades públicas. Para diminuir nossos salários as administrações não pensaram duas vezes, na hora de recuperá-los a música é diferente e quem dança somos nós Pagos os salários de fevereiro/2009 o comprometimento acumulado das três universidades está em 74%. Muito abaixo dos valores históricos e até do de 2008, que fechou em 77%.

Para entendermos a situação lembremos que, em anos recentes, o comprometimento com a folha atingiu a casa dos 90%. Há pois "espaço" para uma recuperação da nossa grande perda. Com a palavra a categoria e os Reitores.

Fórum elabora nova proposta para a campanha 2009

Assembléias das entidades aprovam maioria dos pontos da proposta de pauta unificada, mas a questão salarial ainda está em aberto



assembléias do Sintunesp também houve aprovação desta proposta, mas a entidade não havia conseguido finalizar as consultas até o dia da reunião do Fórum.

Ficaram em aberto as redações de três questões: Democratização das estruturas administrativas, Investimentos e Implementação do parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal (sobre a aposentadoria especial para funcionários públicos com atividades que prejudiquem sua saúde ou integridade física).

Houve ainda proposta de inclusão dos seguintes itens: reestruturação das carreiras docente e técnico-administrativas, permanência estudantil, saúde dos trabalhadores e licença-prêmio tirada em pecúnia. Estas três propostas devem ser apreciadas nas próximas rodadas de assembléias que as entidades devem fazer até o dia 6 de abril.

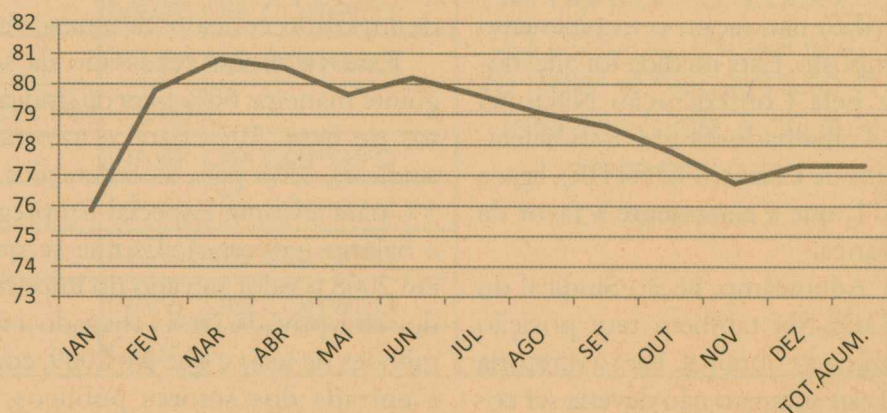
A próxima reunião do Fórum das Seis, marcada para o próximo dia 7, deverá finalizar a pauta de reivindicações para ser entregue ao Cruesp ainda no mês de abril.

A reunião do Fórum das Seis realizada no último dia 26 de março deu mais um passo em direção à elaboração da pauta unificada para a data-base 2009.

Com exceção da questão do reajuste salarial sobre a qual não houve acordo, praticamente todos os outros pontos foram aprovados.

O principal debate na reunião do Fórum das Seis foi quanto à forma de reivindicação salarial. Enquanto as assembléias da Adunicamp e Adunesp aprovaram a proposta de reposição da inflação dos últimos 12 meses mais percentual para recuperação de perdas anteriores, as assembléias do Sintusp e do STU aprovaram "parcela fixa + índice para repor a inflação (dos últimos 12 meses + percentual para recuperação de perdas anteriores). Nas unidades em que ocorreram

Comprometimento com a folha de pagamento das universidades paulistas em 2008



Imposto Sindical, o que você tem a ver com isso?

IN incide sobre os servidores públicos e eleva a arrecadação do imposto para um bilhão de reais em 2009

Instituído em 1943 na Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT) pelo governo Vargas, o imposto sindical não é novidade para uma boa parcela dos trabalhadores brasileiros. Qualquer pessoa que tenha trabalhado na iniciativa privada ou como autônomo reconhece-o entre tantos outros que são descontados na fonte.

Assim, qual a novidade que tem causado tanto barulho acerca deste imposto ultimamente? Simples, baseando-se em uma interpretação duvidosa da Constituição Federal e beneficiando centrais sindicais muito próximas aos partidos que dão apoio ao governo, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, editou Instrução Normativa (IN) fazendo com que o imposto sindical também incida sobre funcionários públicos.

Para uma parcela de sindicatos a medida veio bem a calhar, pois a perspectiva é que cerca de 800 milhões de reais sejam compulsoriamente, de uma hora para outra, repassados para seus cofres. Mas não são todos que assim vêem esta contribuição anual, muitas vezes de profissionais sequer sindicalizados.

O ANDES - Sindicato Nacional tem resolução congressual é contra essa cobrança e publicou no Diário Oficial da União (DOU) aviso para que as Instituições de Ensino Superior (IES) não façam o recolhimento do imposto. Esta medida foi questionada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), ligada à CUT, que é claramente a favor da cobrança.

A Adunicamp, Seção Sindical do ANDES-SN também tem posição contrária à cobrança. Para a diretoria atual este imposto não deveria ser cobrado compulsoriamente de nenhum

trabalhador, seja do setor público ou privado. A forma e valor da contribuição deve ser estabelecida em assembléia de cada sindicato e paga por aqueles que espontaneamente sindicalizem-se. E, caso este imposto seja de fato recolhido, é decisão da atual diretoria devolver aos docentes a parte que lhe cabe.

E a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) à qual o ANDES é filiada também tem posição favorável à devolução.

A questão gerou polêmica mesmo antes da assinatura oficial do Ministro. Muitas discussões a respeito foram feitas e antes mesmo que o famigerado imposto pudesse ser cobrado já haviam pedidos de liminar na justiça para impedir o desconto.

Enquanto juízes suspendem temporariamente a cobrança através de liminares o governo faz pressão através de sindicatos e centrais oportunistas que estão de olho no montante estimado que o funcionalismo federal, estadual e municipal deve gerar.

Desde 1976, quando a lei de Vargas foi modificada, a contribuição sindical custa aos trabalhadores o valor de um dia de trabalho por ano, que corresponde a 3,3% do salário de um mês, mas já há dentro do ministério proposta de aumento para até o correspondente de 7 dias por ano, o que o elevaria a porcentagem para 23,35 de um salário, cobrados de uma só vez.

Esse valor será repassado da seguinte maneira: 60% para os sindicatos de base, 10% para as centrais sindicais, 15% para as federações e 5% para a Conta Especial Emprego e Salário (governo). Estima-se que em 2008 o valor rateado do imposto do setor privado tenha chegado a 55 milhões de reais e que em 2009, com a entrada dos setores públicos, a arrecadação seja de 1 bilhão de reais.

Fique por dentro

Licença Prêmio: alteração na lei permite mais flexibilidade na fruição do benefício

De acordo com a Lei Complementar nº 1048 de 10/06/2008, que se refere à licença-prêmio em Autarquias Estaduais e Administração Pública Direta do Estado de São Paulo, desde 11 de junho de 2008 os funcionários públicos do Estado, incluindo docentes e técnicos administrativos das universidades estaduais, podem requerer o benefício por inteiro ou em parcelas de no mínimo 15 dias. A lei também permite que o beneficiado possa utilizar o prêmio a qualquer momento, não existindo mais o prazo de expiração de 4 anos e 9 meses, a contar do término do período aquisitivo - como previsto na Lei Complementar nº 857 de 20/05/1999.

Leia o texto da Lei Complementar em: www.adunicamp.org.br

Movimento em debate e a política do produtivismo

O próximo número da revista Movimento em Debate terá como tema central a "Produtividade e avaliação, para onde vai a Universidade?". A proposta é debater a relação entre os modelos atuais de avaliação da produção científica dos docentes e as suas conseqüências.

A data limite para entrega dos textos é dia 30 de abril de 2009, podendo ser enviados por email - imprensa@adunicamp.org.br - ou em entregue diretamente na sede da Adunicamp e deverão se enquadrar às seguintes regras de participação:

- 1) Até 14.000 caracteres (10 laudas), digitado em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 sem cabeçalhos ou rodapés.
- 2) As notas bem como as referências bibliográficas devem ser colocadas no final do texto seguindo as normas da ABNT.
- 3) Junto ao texto deve constar um resumo do artigo com, no máximo, 2000 caracteres e destaque para as palavras-chave, além de um mini-curriculum do autor(a) e informações para contato como telefone e endereço de e-mail.
- 4) Os títulos devem ser breves e elucidativos.

Para maiores informações entre em contato com o Departamento de Imprensa da Adunicamp: pelo telefone (19) 3521-2479 ou por e-mail: imprensa@adunicamp.org.br

Novo cartão da Adunicamp

O novo cartão de filiado da Adunicamp já está disponível para os docentes. Diferentemente da versão antiga, este cartão não contém data de validade, necessitando troca apenas em caso de dano ou extravio.

Para retirar seu cartão compareça à sede da entidade de segunda à sexta-feira das 8:30h às 17h.



Alteração na carreira. E a isonomia?

USP aprova nova carreira, Unesp lança proposta diferente e na Unicamp a questão ainda não foi colocada. A igualdade entre as universidades paulistas ficará apenas no papel?

A carreira docente está sendo alterada. Na Unicamp ainda não se iniciou o processo de discussão, embora seja público que é ponto programático do candidato a reitor Fernando Costa, vencedor da Consulta. Há, ainda, o ofício do CRUESP nº 14/2009, de 03/03/2009, no qual está afirmada a formulação de planos de Carreira Docente nas três universidades "para que, então, o Conselho de Reitores procure estabelecer as condições de garantia consensual de isonomia salarial entre as mesmas". Para o Fórum das Seis o conceito de isonomia vai muito além do que isonomia salarial como apregou o CRUESP em seu ofício. Na UNESP está em discussão no Conselho Universitário uma proposta que será explicitada abaixo. Na USP já foi aprovada no Conselho Universitário esta nova carreira, com seis posições apresentadas na tabela 1:

É permitido a Professor Doutor 1 ascender diretamente a Professor Associado 1 e a Professores Associados 1 e 2 diretamente à Professor Titular, após aprovação pela Comissão de Atividade Acadêmica (CAA) no primeiro caso e concurso no segundo.

Poderá a Universidade admitir por contrato de 2 anos o portador do Título de Mestre nos termos de regulamentação a ser proposta e aprovada no Conselho Universitário. Nota-se que com apenas a titulação de Mestre não se faz parte da carreira.

Já foi apresentado ao respectivo Conselho Universitário a "Proposta de Novo Plano de Carreira Docente na UNESP".

Em termos gerais ela está constituída em 12 posições, como apresentadas na tabela 2.

É obrigatório um interstício de 6 anos para a progressão de uma Categoria MS para a seguinte. Uma vez obtido título de Doutor, a ascensão aos níveis subseqüentes da Categoria MS3 somente poderá ser pleiteada após um interstício de 3 anos. O mesmo se aplica após a obtenção do Título de Livre Docente. É possível, após um interstício de três anos, saltar vários níveis dentro da mesma Categoria MS se forem atendidos os critérios específicos do nível pretendido.

Cabe notar que na proposta em exame pelo Conselho Universitário da UNESP há proposta de valores

salariais (com base nos valores atuais) para os níveis I a IV, nas categorias MS3 e MS5, e também um valor para o salário de MS1 = Auxiliar de Ensino, categoria que não faz parte da carreira.

Somente podem pleitear a realização de concurso de Livre Docente os portadores de título de Doutor a mais de 6 anos e que atendam às exigências adicionais do perfil de MS5. Para concurso de Professor Titular é feita a mesma exigência aos portadores do título de Livre Docente.

O pedido de mudança de nível será feito ao Departamento devendo

ser aprovado também na Congregação e na CPA para ter efeito. Da proposta de Carreira Docente para a UNESP constam os detalhes dos perfis de cada categoria e de cada nível.

A carreira já aprovada na USP difere da que está em discussão na UNESP. As duas começam e terminam com cargos, porém de Doutor na USP e de Mestre na UNESP. Na USP são três categorias correspondentes a MS3, MS5 e MS6 da UNESP, a qual, além destas, tem a MS2. A USP tem três níveis de Professor Associado e a UNESP quatro. Como fica a isonomia? E Como fica a paridade?

Tabela 1

Nome	Tipo	Ascensão
Professor Doutor 1	Cargo	<ul style="list-style-type: none"> Nos cargos a ascensão se dá por concurso Nos níveis de carreira a ascensão se dá por aprovação de memorial circunstanciado pelo Comissão de Atividade Acadêmica (CAA) do Conselho Universitário
Professor Doutor 2	Nível de carreira	
Professor Associado 1	Cargo	
Professor Associado 2	Nível de carreira	
Professor Associado 3	Nível de carreira	
Professor Titular	Cargo	

Tabela 2

Categoria	Tipo	Ascensão	
MS2 - Prof. Assitente	Cargo	Nos cargos a ascensão se dá por concurso. Já para a mudança de nível é necessário o interstício de 3 ou 6 anos para a progressão	
MS3 - Prof. Assitente Doutor	Cargo		
	Nível I		Nível de carreira
	Nível II		Nível de carreira
	Nível II		Nível de carreira
	Nível IV		Nível de carreira
MS5 - Prof. Adjunto (Livre Docente)	Cargo		
	Nível I		Nível de carreira
	Nível II		Nível de carreira
	Nível III		Nível de carreira
	Nível IV		Nível de carreira
MS6 - Prof. Titular	Cargo		

ANDES-SN cobra soluções para problemas decorrentes da Lei 11.784/09 ao governo

O assunto foi tratado em audiência realizada no dia 27/03 no Ministério, na qual foram discutidos outros assuntos de interesse da categoria docente

Representantes do ANDES-SN foram recebidos pelo secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, no último dia 27/03. A audiência havia sido solicitada pelo Sindicato no dia 9/03, sobretudo para discutir os problemas decorrentes da implantação da Lei 11.784/09. Além desse, outros três assuntos foram abordados: a participação do ANDES-SN no GT instituído pelo Ministério para discutir a carreira docente; recolhimento do imposto sindical dos servidores; e a revisão das aposentadorias por invalidez, anunciada pelo MP há algumas semanas.

O ANDES-SN esteve representando pelo 1º vice-presidente, Antônio Lisboa de Souza, pela secretária-geral, Solange Bretas, e pelo 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul, Fernando Molinos e Luís Mauro Sampaio Magalhães, 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro. Eles expuseram os vários problemas decorrentes da implantação da Lei 11.784/09, conforme reclamações recebidas de docentes de todo o país, em particular as que vêm sendo apresentadas por docentes aposentados.

"Em algumas universidades, os professores aposentados por invalidez não receberam a GEMAS e nem a Retribuição por Titulação - RT. Em outras, receberam mas foram comunicados que deveriam devolver, pois não teriam direito a

essas gratificações", explica Solange Bretas. Ela também cita o caso dos professores substitutos que ainda receberam vencimento básico menor que o salário mínimo, e discrepância no valor da RT paga aos professores da ativa.

Duvanier reconheceu os problemas, que classificou de "imprecisões", e explicou que muitos decorrem das diferentes interpretações da lei pelos departamentos de recursos humanos das universidades. O secretário, entretanto, solicitou que o Sindicato detalhe em documento as situações relatadas para que o Ministério possa encaminhar soluções. Segundo ele, alguns desses problemas já foram resolvidos.

Discussão sobre carreira docente

Questionado sobre a participação do ANDES-SN no GT constituído para discutir a carreira docente, Duvanier explicou que sua composição decorre do acordo assinado em 2007. Como o ANDES-SN não o assinou, sua participação ficou inviabilizada. Ele disse que o importante é que se entenda que essa situação não teve motivação política e que não houve veto. O secretário informou que GT, instituído pela portaria nº 3.210/SRH-MP (de 1º/7/08), ainda não realizou nenhuma reunião. Segundo ele, a primeira reunião deverá ocorrer num futuro próximo, quando o ministério definir a agenda de trabalho dos GTs que foram criados.

A representação do ANDES-SN lembrou ao secretário a necessidade

de considerar o termo de compromisso firmado em 5/12/07, no qual o Sindicato assegura sua participação nas discussões sobre carreira docente, tanto do ensino superior quanto da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Nesse sentido, afirmaram ao secretário a necessidade de se garantir a interlocução do ANDES-SN com o Ministério do Planejamento no que diz respeito a essa questão, não apenas pela sua representatividade, mas também porque descon sideração do termo de compromisso não contribui para o processo de democratização nas relações das entidades com o governo federal.

Os representantes dos docentes citaram a relação do ANDES-SN com o MEC como um exemplo de que as divergências políticas que se estabelecem na relação das entidades com o governo não podem impedir o diálogo e a negociação. Frente a esses argumentos, o secretário assumiu o compromisso de abrir uma agenda de discussão com o ANDES-SN, marcando a abertura desse processo no período entre 27 e 30 de abril, ocasião em que o ANDES-SN apresentará uma pauta de discussão. Duvanier reafirmou que o Sindicato terá respeitada a sua reivindicação no que se refere à discussão de carreira docente com o Ministério.

Imposto Sindical

Questionado sobre a efetivação

de cobrança do imposto sindical, o secretário afirmou que a posição do Ministério do Planejamento é de não efetivação da norma, o que contraria a disposição do Ministério do Trabalho. Duvanier afirmou que a divergência interna do governo deverá ser resolvida e que a partir da construção de um entendimento é que se definirá a possibilidade ou não de cobrança. Segundo ele, a Advocacia Geral da União - AGU está estudando o assunto e, talvez, pelo menos por este ano o imposto não seja cobrado.

Revisão de aposentadorias

Com relação à revisão de aposentadorias por invalidez, divulgada na imprensa na semana passada, o secretário disse que houve uma interpretação equivocada. "Não temos o objetivo de detectar irregularidades, mas, sim, de averiguar se há casos de servidores que já se recuperaram da doença que ocasionou a aposentadoria". Segundo ele, essa averiguação visa à reinserção de servidores em condições de voltar ao trabalho. Ele disse que ainda não há critérios definidos para essa revisão, que deverá ser iniciada pelo MEC, em momento oportuno.

Duvanier garantiu que o ministério enviará um representante para apresentar o Programa de Saúde do Trabalhador, que vem sendo implementado pelo governo, no encontro que será promovido pelo ANDES-SN para tratar dessa questão.

Fonte: ANDES-SN

Próxima audiência contra o Proifes será no dia 6 de abril

O Sindicato Nacional apresentou réplica à defesa do fórum de professores em audiência no dia 17 de fevereiro. Processo tramita na 16ª Vara do Trabalho de Brasília

No dia 15 de dezembro do ano passado, o ANDES-SN ajuizou ação na Justiça do Trabalho com o objetivo de anular os atos constitutivos do Proifes Sindicato (atas da assembléia de criação e de constituição da diretoria provisória e estatuto). A ação foi motivada pelas ilegalidades cometidas na assembléia realizada na sede da CUT, em São Paulo, no dia seis de setembro, face aos mecanismos de obstrução para participação na assembléia dos docentes de universidades federais que não estavam de acordo com a proposta da criação de um novo sindicato na base do ANDES-SN. A primeira audiência foi realizada em fevereiro. A segunda está marcada para o dia seis de abril, quando as testemunhas serão ouvidas.

A ação tramita na 16ª Vara do Trabalho de Brasília. Além do Proifes, também figuram como réus o 1º Ofício de Registro Civil, Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica do Distrito Federal e a União - Ministério do Trabalho e Emprego. O ANDES-SN pleiteia ainda o arquivamento do pedido de registro sindical feito pelo Proifes ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. "Os documentos constitutivos da pretensa entidade são necessários à tramitação do seu pedido de registro sindical. Com a anulação, o pedido não poderá mais tramitar", explica Ciro Correia, presidente do ANDES-SN. A expectativa é de que a decisão judicial em primeira instância seja proferida até meados deste ano.

Na audiência inaugural, realizada no dia 17 de fevereiro, a juíza indagou sobre a possibilidade de acordo. Ambas as partes informaram que não. Em prosseguimento, os réus apresentaram sua defesa, ficou definido o período de 2 a 6 de março para que o ANDES-SN tivesse acesso aos documentos da defesa e fizesse sua contestação. Além do presidente do ANDES-SN e do representante do

Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, também compareceram à audiência um representante da Advocacia Geral da União - AGU, em defesa do MTE, além do representante do Cartório.

Proifes tenta desqualificar o Sindicato Nacional

Em sua defesa, o Proifes alega que o ANDES-SN não teria legitimidade processual para tal representação por estar com o registro sindical suspenso. O grupo alega, ainda, deter "maior representatividade" dos docentes do ensino superior do que o ANDES-SN, já que, em sua interpretação, ao "adotar uma linha de diálogo e entendimento com a Administração Pública", proporcionou conquistas mais significativas para a categoria.

Na réplica, a Assessoria Jurídica do ANDES-SN afirma que o argumento do Proifes "não encontra respaldo algum nos critérios adotados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela grande maioria dos países democráticos para conferir tal status a uma determinada organização sindical". "Somente uma categoria profissional pode avaliar se o resultado de uma greve ou de um acordo foi bom ou ruim para seus interesses", lembram os advogados do Sindicato Nacional.

Quanto à suspensão arbitrária do registro sindical, foram arrolados todos os documentos e manifestações consolidadas na publicação "Movimento de apoio ao ANDES-SN", que demonstra de modo inconteste a legitimidade do sindicato Nacional, além de todo o trâmite do registro sindical no MTE até sua publicação em agosto de 2003, que ocorreu por força das decisões transitadas em julgado a favor da entidade no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, nos anos 90. "É com fundamento nessas decisões sobre as quais não mais cabem recursos que se fundamenta o processo judicial em trâmite na Justiça do Tra-

balho para reverter essa suspensão arbitrária. Iniciativas recentes do próprio Ministério do Trabalho no sentido de reverter este ato arbitrário de suspensão do registro em 2003, confirmam que a situação do ANDES-SN não é irregular", lembra Ciro.

O presidente do Sindicato Nacional se refere à convocação feita pelo MTE em 22 de janeiro deste ano, convocando para a manifestação as entidades que entendam ter conflito de base de representação sindical com o ANDES-SN, de modo a trazer elementos que permitam superar o problema.

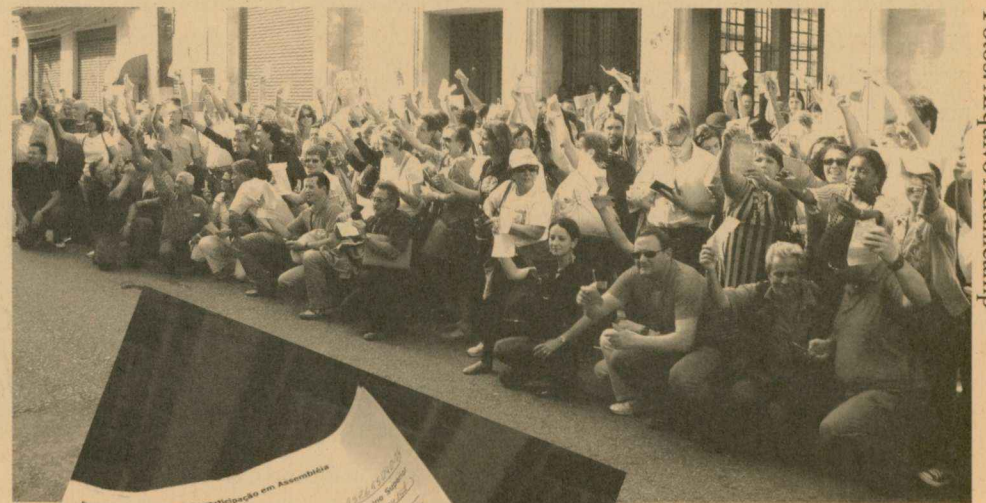
Ao relatar a atuação do Sindicato Nacional ao longo dos últimos 28 anos, a AJN resgatou ações legítimas que demonstram a representatividade do ANDES-SN, como as greves de 1996, 1998, 2001, 2003 e 2004; a luta pela recomposição do valor dos vencimentos dos professores e pela paridade entre ativos e aposentados; e a luta contra a reforma da previdência. Destaca-se na réplica que "Essa atuação sempre foi pautada numa discussão

viva nas instâncias deliberativas, aberta a manifestação de dissensos, que concretizam o princípio da liberdade sindical, consoante orientação da própria OIT".

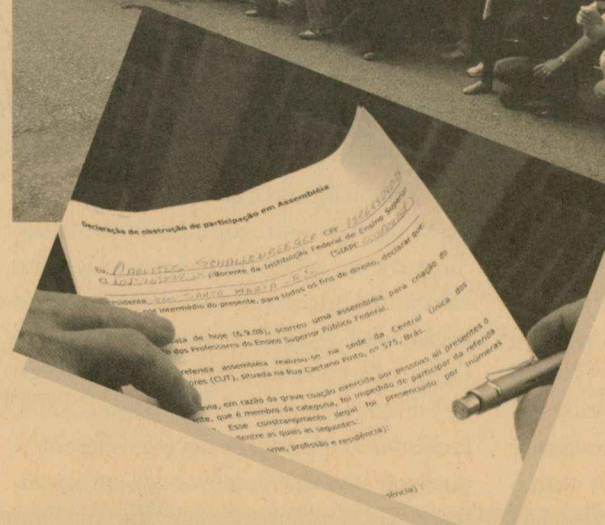
Proifes tentou criar sindicato por meio de procurações irregulares

Na réplica, o ANDES-SN também questiona a utilização do mecanismo de voto por procuração pelo Proifes na assembléia de tentativa de criação de outra entidade sindical. "Estas procurações não estavam previstas no edital, e teriam que ser aceitas pelo plenário, o que restou prejudicado face ao impedimento para que todos os professores de universidades federais presentes no local da convocação participassem do evento", destaca o presidente do ANDES-SN. O Sindicato Nacional anexou ainda aos autos provas de que a entidade se valeu de procurações irregulares, dadas por docentes da carreira de 1º e 2º graus, uma vez que o estatuto do pretense sindicato estipula que este representaria apenas "docentes do ensino superior".

Fonte: ANDES - SN



Fotos: Arquivo Adunicamp



Obstrução: enquanto docentes eram impedidos de entrar na assembléia de fundação do Proifes os organizadores aprovavam o novo sindicato das IFES com procurações ilegais

Sorrindo para a vida

Quanto vale um sorriso? Você já parou para pensar nisso?...A resposta para essa difícil questão deve começar com o significado do que é o sorriso. Para alguns, o sorriso é a expressão da alma, da âurea da pessoa, do estado de espírito ou do humor. Para outros, pouca importância dão ao sorriso porque, simplesmente, não conseguem mais sorrir. Por vezes, as desilusões, as perdas, as tristezas, a solidão e outras desavenças ao longo da vida fazem com que a amargura e a falta de humor tomem conta da pessoa que se esquece de como sorrir.

Então, o que é preciso para sorrir? Primeiramente, é preciso estar de bem com a vida, consigo mesmo e de bom humor. Segundo, poderíamos assim dizer, é preciso ter dentes, embora muitas pessoas sem dentes também consigam expressar o seu bom humor com um sorriso "gingival". Para o sorriso, propriamente dito, é necessária a presença dos dentes, sobretudo os anteriores, os que mais se destacam.

Somente quem, infelizmente, já perdeu todos ou alguns de seus dentes consegue dar o real valor a eles. Uma vez perdidos, os dentes devem ser substituídos por elementos artificiais chamados de próteses, em seus diferentes tipos atualmente existentes. A importância de se manter os dentes ou substituí-los por próteses é, primeiramente, sorrir de forma "completa". Além disso, os dentes possibilitam: 1) Uma correta fala, permitindo a comunicação entre as pessoas. Muitas pessoas ficam isoladas de

seus amigos ou familiares por não conseguirem falar corretamente pela falta dos dentes; 2) A manutenção da expressão facial, pois os dentes suportam os lábios e bochechas, minimizando os sulcos faciais e mantendo a posição correta dos lábios, que, quando prejudicados, geram uma face envelhecida e, nas mulheres, dificulta o uso de maquiagem e batom; 3) A correta mastigação, que possibilita a trituração adequada dos alimentos, permitindo a efetiva absorção destes pelo organismo, evitando estados de desnutrição e anemias, e mantendo a saúde sistêmica do indivíduo. Muitas pessoas, por vezes, sofrem de má digestão ou mesmo de gastrite por não apresentarem quantidade de dentes suficientes para uma adequada mastigação sobrecarregando os órgãos do aparelho digestivo; 4) A integração na sociedade e o resgate da cidadania. A falta dos dentes dificulta a socialização da pessoa que tende ao isolamento pela sensação de vergonha oriunda da dificuldade de fala, sorriso e alimentação; 5) Piora na qualidade de vida. A falta dos dentes faz com que, todos esses fatores acima, de forma integrada, contribuam para o declínio progressivo da qualidade de vida da pessoa.

A sociedade relaciona, muitas vezes, a falta dos dentes com o envelhecimento, o que não é correto. É comum vermos em programas humorísticos na televisão a representação da pessoa idosa caricaturada pela falta dos dentes. Uma pessoa pode envelhecer com todos os seus dentes. Então, por que vemos grande quantidade

de idosos com falta de alguns e, principalmente, de todos os dentes? A resposta a essa questão pode ser de origem cultural ou filosófica. Cultural, se considerarmos que, no passado, era comum entre as pessoas, ao mínimo sinal de dor e desconforto em seus dentes, solicitar a extração dos mesmos. Esse fato ocorria pelas dificuldades de transporte, pois a maioria delas morava no meio rural, de acesso, pois havia poucos dentistas, e financeiras, pela dificuldade econômica e custos do tratamento. Pouco valor se dava em manter os dentes. Outra questão era filosófica, oriunda dos próprios dentistas, que pouco estimulavam seus pacientes em conservar a dentição. Também as técnicas e materiais eram pouco evoluídos. Os dentes, quando mantidos, passavam por tratamento pouco conservador, que exigiam desgastes bastante extenso, não conservando as estruturas dentais. Esse fato, com o passar do tempo e o uso contínuo da dentição, levava à necessidade de substituição de restaurações, que gerava mais desgastes dentais e a necessidade de tratamentos mais complexos.

A partir da década de 70 do século passado, entretanto, houve uma série de avanços tecnológicos e científicos que modificaram a filosofia do tratamento odontológico. A nova filosofia visava à prevenção das principais doenças bucais, sobretudo a doença cárie e a doença periodontal. Foram tomadas medidas preventivas de abrangência coletiva na sociedade, como o uso de flúor nas águas

de abastecimento público e nos cremes dentais, e a manutenção dos dentes na cavidade bucal, evitando maiores desgastes e prevenindo as extrações dentárias.

Entretanto, atualmente, parte da população adulta e quase 70% dos idosos, que eram adolescentes ou adultos nessa época, não tiveram, infelizmente, acesso a essa nova filosofia de terapia odontológica, apresentando perdas dentárias parciais ou totais. Isso faz com que ainda hoje a necessidade de uso de próteses dentárias seja alta entre essa população. Certamente, no futuro, teremos cada vez mais pessoas vivendo mais e com os seus próprios dentes.

Contudo, para aqueles que deixaram de sorrir pela falta dos dentes, as novas tecnologias permitem o restabelecimento do sorriso por meio de uso de próteses fixas sobre dentes ou implantes, bem como de próteses removíveis, apoiadas sobre os tecidos moles da boca ou sobre os dentes remanescentes. Todas elas apresentam vantagens e desvantagens em seu uso. A escolha deve levar em conta as condições físicas, anatômicas e financeiras de cada pessoa. Porém, a principal vantagem é poder voltar a falar, mastigar e a sorrir de forma adequada. Resgatemos, então, o sorriso a todos. Sorrir não custa nada e proporciona tanta alegria. Sorria para a vida!

Eduardo Hebling

é professor associado da Faculdade de Odontologia de Piracicaba/UNICAMP
Odontogeriatra

A Fundação e a Mata

Administradora da maior área de preservação existente em Campinas centraliza decisões e deixa a sociedade às escuras quanto ao plano de manejo exigido pelo ministério público

Com atraso de mais de três anos a Fundação José Pedro de Oliveira entregou ao Instituto Chico Mendes - ligado ao Ministério do Meio Ambiente - o plano de manejo da Mata Santa Genebra, a qual administra. O plano só foi elaborado pela Fundação após ação do Ministério Público Federal (MPF), que tomou conhecimento da causa após denúncias feitas por ambientalistas e pela sociedade civil, preocupados com o destino de uma das maiores áreas de Mata

Atlântica em centros urbanos.

Contrariando as expectativas da sociedade, a Fundação entregou o plano de manejo diretamente ao Instituto Chico Mendes, sem antes apresentá-lo e discutir com a sociedade. Caso o Instituto aprove o plano da forma como está, a Fundação José Pedro de Oliveira terá total controle sobre a Mata, inclusive com poder de decisão referente a qualquer atividade desenvolvida em seu entorno. Vale lembrar que esta é a mesma Fun-

dação que aprovou, em abril de 2007, a redução da faixa envoltória da Mata, que caso não fosse revogada, poderia desencadear sérios problemas à conservação da mesma.

De acordo com a Presidente do Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Mayla Porto, o teor do plano não foi discutido com o Conselho: "na reunião do conselho do dia 18 de dezembro de 2008, a Fundação se comprometeu em apresentar o plano na reunião de Feve-

reiro de 2009, porém isso não ocorreu e mesmo sem o aval do Conselho eles apresentaram o plano ao instituto".

Segundo Mayla, o Comdema entrará com uma representação no Instituto Chico Mendes contra a apresentação do plano, com o respaldo da Lei Municipal 10.841 de 24/05/2001, a qual determina que a responsabilidade de criar diretrizes para conservação, recuperação e administração do patrimônio ambiental do município seja do Conselho.